

SUMÁRIO

Capítulo I – EVOLUÇÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL	21
1.1 Introdução.....	21
1.2 Conceito de Aposentadoria Especial	23
1.3 Instituição do Benefício de Aposentadoria Especial e Alterações da Legislação Previdenciária.....	24
1.3.1 Lei 3.807/60 – Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.....	25
1.3.2 Decreto 48.959-A/60 – Aprova o Regulamento Geral da Previdência Social.....	25
1.3.3 Decreto 53.831/64 – Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei 3.807/60	30
1.3.4 Quadro Anexo a que se refere o art. 2º do Decreto 53.831/64	31
1.3.5 Decreto 60.501/67 – Aprova nova redação do Regulamento Geral da Previdência Social	37
1.3.6 Lei 5.440-A/68 – Altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e § 1º da Lei 3.807/60	39
1.3.7 Decreto 63.230/68 – Dispõe sobre a aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei 3.807/60	39
1.3.8 Lei 5.527/68 – Restabelece o direito ao benefício de aposentadoria especial para as categorias profissionais de engenheiro civil e eletricitista	48
1.3.9 Lei 5.890/73 – Altera a Lei 3.807/60	48
1.3.10 Decreto 72.771/73 – Aprova o novo Regulamento da Lei 3.807/60	49
1.3.12 Lei 6.243/75 – Regula a situação do aposentado pela previdência social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula a seu regime após completar sessenta anos de idade	58
1.3.13 Decreto 77.077/76 – Institui a Consolidação das Leis da Previdência Social – CLPS	58
1.3.14 Lei 6.643/79 – Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei 5.890/73, que altera a legislação de previdência social	61
1.3.15 Decreto 83.080/79 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.....	61

1.3.16	Anexo I.....	64
1.3.17	Anexo II.....	68
1.3.18	Lei 6.887/80 – Altera a legislação da Previdência Social Urbana	70
1.3.19	Conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais anteriormente à vigência da Lei 6.887/80	71
1.3.20	Decreto 87.374/82 – Altera dispositivos do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 83.080/79.....	72
1.3.21	Decreto 89.312/84 – Expede nova edição da Consolidação das Leis da Previdência Social	73
1.3.22	Constituição Federal de 05.10.1988.....	75
1.4	Alterações da Legislação de Aposentadoria Especial após a Constituição Federal de 05.10.1988.....	75
1.4.1	Lei 8.213/91 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social	76
1.4.2	Decreto 357/91 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.....	77
1.4.3	Decreto 611/92 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.....	80
1.4.4	Lei 9.032/95 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	81
1.4.5	Medida Provisória 1.523/96 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	86
1.4.6	Decreto 2.172/97 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.....	88
1.4.7	Anexo IV do Decreto 2.172/97.....	92
1.4.8	Medida Provisória 1.596-14 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	97
1.4.9	Lei 9.528/97 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	97
1.4.10	Medida Provisória 1.663-10 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	98
1.4.11	Ordem de Serviço INSS/DSS 600 – Disciplina procedimentos a serem adotados quanto ao enquadramento, conversão e comprovação do exercício de atividade especial	99
1.4.12	Medida Provisória 1.663-13 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	116
1.4.13	Ordem de Serviço 611/98 – Disciplina procedimentos a serem adotados quanto ao enquadramento, conversão e comprovação do exercício de atividade especial.....	116
1.4.14	Decreto 2.782/98 – Regulamenta o art. 28 da Medida Provisória 1.663-13, de 26.08.1998	117
1.4.15	Ordem de Serviço 612/98 – Disciplina procedimentos a serem adotados quanto ao enquadramento, conversão e comprovação do exercício de atividade especial.....	118
1.4.16	Medida Provisória 1.663-14	124
1.4.17	Ordem De Serviço 613/98 – Estabelece documentação básica necessária para requerimento de benefícios.	124
1.4.18	Medida Provisória 1.663-15 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	126
1.4.19	Lei 9.711/98 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	126



1.4.20	Medida Provisória 1.729/98 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	127
1.4.21	Lei 9.732/98 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	128
1.5	Alterações da Legislação de Aposentadoria Especial após Emenda Constitucional 20/98.....	130
1.5.1	Emenda Constitucional 20/98 – Modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição.....	130
1.5.2	Portaria 4.883/98 – Para a implementação dos dispositivos da Emenda Constitucional 20/98.....	134
1.5.3	Ordem de Serviço INSS/DSS 619 – Estabelece normas para cumprimento da Emenda Constitucional 20, de 15.12.1998.....	136
1.5.4	Decreto 3.048/99 – Aprova o Regulamento da Previdência Social.....	144
1.5.5	Anexo IV do Decreto 3.048/99.....	148
1.5.6	Ordem de Serviço Conjunta 98/99 – Estabelece procedimentos para a fiscalização das empresas com segurados que exerçam atividade que permita a concessão de aposentadoria especial.....	153
1.5.8	Decreto 3.265/99.....	156
1.5.9	Decreto 3.668/00 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	159
1.5.10	Decreto 4.032/01 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	161
1.5.11	Lei 10.403/02 – Altera as Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24.07.1991.....	162
1.5.12	Decreto 4.079/02 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	163
1.5.13	Medida Provisória 83/02 – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho.....	165
1.5.14	Lei 10.666/03 – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.....	165
1.5.15	Decreto 4.827/03 – Altera o art. 70 do Decreto 3.048/99.....	167
1.5.16	Decreto 4.882, de 18.11.2003 – Altera dispositivos do Decreto 3.048/99.....	168
1.5.17	Lei 11.941, de 27.05.2009.....	169

Capítulo II – APOSENTADORIA ESPECIAL APÓS A EDIÇÃO DA LEI 8.213/91..... 171

2.1	Aposentadoria Especial após a Edição da Lei 8.213/91.....	171
2.2	Enquadramento de Tempo Especial após a Promulgação da Emenda Constitucional 20/98.....	176
2.3	Conversão do Tempo Especial em Tempo de Atividade Comum.....	178
2.3.1	Direito à conversão de tempo especial em tempo comum após 28.05.1998....	186
2.3.1.1	A norma de transição do art. 28 da Lei 9.711/97 e o § 5º do art. 57 da Lei 8.213/91.....	186
2.4	Decreto 4.827/03 – Altera o art. 70 do Decreto 3.048/99.....	188

2.5	Percentual de Tempo Mínimo Instituído pelo Decreto 3.048/99.....	189
2.6	Conclusão.....	190
Capítulo III – REQUISITOS DA APOSENTADORIA ESPECIAL.....		191
3.1	Requisitos da Habitualidade, Permanência e Não Intermitência.....	191
3.2	Prova da Exposição do Segurado aos Agentes Nocivos.....	198
3.3	SB-40 – Formulário Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Nocivos.....	201
3.4	DSS 8030 – Formulário Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Nocivos.....	202
3.5	DIRBEN-8030 – Formulário Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Agressivos.....	205
3.6	Perfil Profissiográfico.....	206
3.7	Perfil Profissiográfico Previdenciário.....	208
Capítulo IV – OUTROS MEIOS DE COMPROVAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL.....		211
4.1	Comprovação de Atividade Especial Mediante Perícia Judicial.....	211
4.2	Comprovação da Prestação de Atividade de Natureza Especial por meio de outros Documentos e Prova Testemunhal Idônea.....	213
4.3	Reconhecimento da Exposição do Segurado aos Agentes Nocivos em Sentença Trabalhista.....	215
4.4	Recebimento de Adicionais de Insalubridade ou Periculosidade.....	216
4.5	Comprovação de Tempo Especial pelo Autônomo (Contribuinte Individual).....	216
4.5.1	Contribuinte individual.....	221
Capítulo V – ATIVIDADES INSALUBRES.....		223
5.1	Atividades Insalubres e Limites de Tolerância.....	223
5.2	Ruído no Ambiente de trabalho.....	225
5.2.1	Limite de Ruído Superior a 80 e a 90 dB.....	237
5.2.2	Níveis Médios de Ruído.....	240
5.3	Exposição do Segurado ao Calor.....	242
5.4	Exposição do Segurado ao Frio.....	244
5.5	Umidade.....	245
5.6	Radiações Ionizantes.....	246
5.7	Atividade em Hospitais e outros Estabelecimentos com Atendimento ao Público..	248
5.8	Atividade Exercida no Setor de Energia Elétrica.....	250
5.9	Trepidação e Vibrações.....	259



5.10 Poeira Mineral	260
5.11 Tóxicos Orgânicos.....	262
5.12 Atividades ou Operações Perigosas.....	262
5.13 Trabalho do Gari	266
Capítulo VI – DIREITO ADQUIRIDO E REGRAS DE TRANSIÇÃO	269
6.1 Direito Adquirido ao Cômputo do Tempo de Serviço Especial e à Conversão do Tempo Especial em Tempo Comum.	269
6.2 Regras de Transição Instituídas pela Emenda Constitucional 20/98.....	278
Capítulo VII – ATIVIDADES – CATEGORIAS PROFISSIONAIS.....	281
7.1 Considerações Iniciais	281
7.2 Aeroviário.....	283
7.3 Enfermeiro.....	285
7.4 Operador de Raios-X.....	288
7.5 Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista.....	290
7.6 Engenheiro Eletrônico	296
7.7 Engenheiro Mecânico.....	297
7.8 Engenheiro Metalúrgico e Engenheiro de Minas.....	298
7.9 Engenheiro Químico.....	301
7.10 Farmacêutico	302
7.10.1 Farmacêutico – Bioquímico e Toxicologista.....	304
7.11 Geólogo	308
7.12 Guarda/Vigilante	311
7.13 Médico.....	315
7.14 Motorista de Caminhão, Motorista de Ônibus.....	322
7.15 Odontólogo.....	325
7.16 Operador de Trator/Carregadeira.....	331
7.17 Patologista	334
7.18 Telefonista.....	337
7.19 Médico-Veterinário	340
7.20 Pescador	345
7.21 Denominação da Atividade	346
Capítulo VIII – SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA ESPECIAL.....	347
8.1 Salário-de-Benefício da Aposentadoria Especial.....	347
8.2 Salário-de-Benefício da Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição	349

8.3	Salário-de-Contribuição e Acréscimo de Parcelas Salariais Concedidas em Sentença Trabalhista.....	353
8.4	Carência.....	355
8.5	Contagem Recíproca.....	358
8.6	Requerimento do Benefício de Aposentadoria.....	359
Capítulo IX – APOSENTADORIA DO PROFESSOR.....		361
9.1	Classificação.....	361
9.2	Direito à Conversão do Tempo Trabalhado como Professor.....	372
9.3	Aposentadoria do Professor após a Emenda Constitucional 20/98.....	376
9.4	Conclusão.....	378
Capítulo X – APOSENTADORIA DO AERONAUTA.....		379
10.1	Introdução.....	379
10.2	Histórico.....	380
10.3	A Aposentadoria dos Aeronautas após a Emenda Constitucional 20/98.....	386
10.4	A Atividade do Aeronauta na Doutrina e Jurisprudência.....	392
10.5	Insalubridade no Trabalho do Aeronauta.....	393
10.6	Conversão do Tempo Laborado pelo Aeronauta em Tempo Comum.....	400
Capítulo XI – APOSENTADORIA DO MARÍTIMO.....		403
11.1	Marítimo.....	403
11.2	Conversão de Tempo Especial para Comum.....	406
11.3	Ano Marítimo.....	406
Capítulo XII – JORNALISTAS PROFISSIONAIS.....		407
12.1	Histórico.....	407
12.2	A Aposentadoria do Jornalista Profissional após a Edição da Lei 8.213/91.....	413
12.3	Conversão de Tempo Especial para Comum.....	416
12.4	Fator de Conversão do Tempo de Serviço Prestado pelo Jornalista Profissional....	416
12.5	Conclusão.....	418
Capítulo XIII – TEMAS DIVERSOS.....		419
13.1	Tempo de Serviço Especial Prestado pelo Servidor Público Sob o Regime Celetista.....	419
13.2	Aposentadoria Especial do Servidor Público.....	421

13.3 Tempo de Serviço em que o Segurado Recebeu Auxílio-Doença	424
13.4 Cômputo do Tempo de Serviço do Dirigente Sindical	426
13.5 Documentos contemporâneos	427
13.6 Desligamento do Emprego	429
13.7 Acumulação Auxílio-Acidente e Aposentadoria Especial	431
Capítulo XIV – COMPETÊNCIA	433
14.1 Competência para Processar e Julgar Ações Previdenciárias	433
14.2 Ação Civil Pública.....	436
14.2.1 Legitimidade Ativa do Ministério Público	439
Capítulo XV – MANDADO DE SEGURANÇA	443
15.1 Mandado de Segurança e Direito Líquido e Certo.....	443
15.2 Autoridade Coatora	448
15.3 Indicação Errônea da Autoridade Coatora	448
15.4 Liminar em Mandado de Segurança	452
15.5 A Súmula 626 do STF e Liminar em Mandado de Segurança	453
15.6 Decadência do Direito à Impetração do Mandado de Segurança.....	455
15.7 Conclusão	456
Capítulo XVI – TUTELA ANTECIPADA.....	457
16.1 Introdução.....	457
16.2 Tutela Antecipada em Ações Previdenciárias.....	460
16.3 Exigência de Caução e Efetivação dos Efeitos da Tutela	464
16.4 Efeitos da Apelação	465
16.5 Tutela Antecipada na Sentença.....	466
16.6 Tutela Antecipada Contra a Fazenda Pública	467
16.7 Tutela Específica das Obrigações de Fazer e Não Fazer	470
16.8 Questões Processuais.....	471
16.8.1 Lei 10.358/01	472
16.8.2 Emenda Constitucional 30/00	474
16.8.3 Emenda Constitucional 37/02	475
Capítulo XVII – INSTRUÇÕES NORMATIVAS.....	477
17.1 Introdução.....	477
17.2 Instrução Normativa INSS/DC 39/00	477

17.3 Instrução Normativa INSS/DC 49.....	482
17.4 Instrução Normativa INSS/DC 57.....	489
17.5 Instrução Normativa INSS/DC 78/02.....	503
17.6 Instrução Normativa INSS/DC 84/02.....	521
17.7 Instrução Normativa INSS/DC 87.....	537
17.8 Instrução Normativa INSS/DC 89.....	539
17.9 Instrução Normativa INSS/DC 95.....	542
17.10 Instrução Normativa INSS/DC 96.....	558
17.11 Instrução Normativa INSS/DC 99.....	559
17.12 Instrução Normativa INSS/DC 118.....	573
17.13 Instrução Normativa INSS/PRES 11.....	587
17.14 Instrução Normativa INSS/PRES 20.....	601
17.15 Instrução Normativa INSS/PRES 27.....	615
17.16 Instrução Normativa INSS/PRES 29 de 04.06.2008.....	617
REFERÊNCIAS.....	619
ANEXO.....	621
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	623